

DATA-BASE 2021

CRUESP DIZ NÃO

Em conluio com Cruesp, Tom Zé foge da defesa da Universidade Pública e abre mão da Autonomia Universitária.



Sala Virtual da Reunião de Negociação entre Cruesp e Fórum das Seis (Créditos: Adusp)

Tom Zé perdeu a oportunidade de fazer uma defesa firme da Autonomia Universitária quando concordou com os outros reitores em manter o arrocho salarial. E assim os profissionais técnico-administrativos, que ainda resistem na Universidade, além de desvalorizados ficam cada vez mais pobres.

O Cruesp anunciou que vai se submeter à Lei Complementar 173, que vigora até 30/12/2021, e garantir o congelamento dos salários. Mas o fato é que essa lei não se aplica às Universidades Públicas Estaduais que possuem autonomia financeira e administrativa.

O Fórum apresentou uma série de pareceres e manifestações de Tribunais de Contas dos Estados que confirmam que a lei não se aplica. Mas os reitores abrem mão da autonomia só pra não ter que enfrentar politicamente os governos.

Na primeira reunião de negociação transmitida on-line mais de mil trabalhadores da USP, Unicamp e Unesp presenciaram o sonoro NÃO do Cruesp!

Queremos trabalho digno

O Fórum das Seis reivindica 8% de reajuste a partir de maio deste ano, a valorização, inclusive salarial, dos níveis iniciais das carreiras e a criação de um grupo de trabalho, com representantes do Cruesp e do Fórum, para estudar e elaborar, ainda este ano, um plano para a recuperação de nossas perdas salariais que já acumulam 29,81%.

Cruesp não tem proposta

Qual o próximo passo do Cruesp para discutir essas perdas que vem corroendo nossos salários, desde maio/2012, enquanto os preços estão aumentando?

NENHUM! O Cruesp não apontou discussão sobre plano de reposição, nem para pagar em 2022, quando a Lei 173 perde seu efeito.

Sem argumentos, os reitores da USP e Unesp entraram numa linha de provocar as entidades, desrespeitando a pauta da reunião e o Fórum das Seis.

O reitor da Unicamp, Tom Zé, se

limitou a dizer que vai promover processos de progressão e promoção na carreira de técnicos e docentes nesse ano, mas que o gasto com as promoções vai acontecer só em 2022.

A reunião terminou sem o Cruesp discutir o plano de retorno às atividades com segurança sanitária.

Diante desse cenário, nos resta construir os processos de mobilização e derrotar essa postura arrogante dos reitores, que se aproveitam de um momento de fragilidade, em função da pandemia, para impor mais arrocho, numa situação em que as três universidades estão fazendo caixa com dinheiro dos nossos salários.

Essa postura enfraquece a autonomia das universidades e vai exigir resposta da comunidade.

Somos todos Unicamp

Nossa pauta interna inclui a defesa dos funcionários terceirizados que sofrem com condições de trabalho ruins e recebem os menores salários.

O STU já cobrou da reitoria reunião para discutir as demissões, o pagamento de todos os direitos e contratos que respeitam os seus direitos.

Por orientação da nossa última Assembleia Geral (13) vamos fazer um levantamento da situação dos terceirizados para cobrar da reitoria um comprometimento efetivo com esses funcionários que também são trabalhadores da Unicamp.

Plenária discute retorno ao trabalho

Amanhã (21), às 10h, tem Plenária Virtual para discutir a GR 49/2021, que propõe aos imunizados pela 2ª dose, o retorno às atividades conforme diretrizes do Comitê Gestor da Pandemia.

Os trabalhadores além de não concordarem com o Termo de Ciência imposto pela reitoria, já manifestaram muita dúvida sobre o retorno num

ambiente em que novas cepas da Covid-19 tem surgido e há um debate em curso sobre a eficiência e a qualidade dos EPI's em relação a essas variantes.

Essa plenária foi decidida pela assembleia, do dia 13/07, que indicou a continuidade do debate e a formação de uma comissão que se dedicasse a esse assunto com mais profundidade.

LINK DISPONÍVEL EM: www.stu.org.br / facebook.com/stu.unicamp

Assembleia aprova moções contra ataques aos serviços públicos e à vida

Indignados com as atrocidades que estão sendo cometidas pelo governo Federal, terça-feira passada (13), nossa Assembleia Geral decidiu tirar um posicionamento firme expresso através das moções de solidariedade pelo luto das famílias brasileiras vítimas da Covid-19; de luta contra a Privatização da Eletrobras e o sistema de produção de energia do país, contra a Privatização dos Correios e em repúdio à declaração

racista do vereador de São Paulo, Arnaldo Faria de Sá.

As moções foram encaminhadas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, ao Líder de Governo Bolsonaro, aos líderes partidários da Câmara dos Deputados e à presidência da Câmara Municipal de São Paulo, respectivamente.

O conteúdo completo das moções está disponível no site [\[www.stu.org.br\]](http://www.stu.org.br).

Acordo Coletivo da Saúde amplia garantias



Marcílio, Margarida e Kiko (STU) com a Procuradoria Geral

Quinta-feira passada (15) protocolamos na Procuradoria Geral da Unicamp o Acordo Coletivo das/os Trabalhadoras/es da Área da Saúde. Agora é aguardar o retorno da procuradoria a respeito do documento.

Nesta edição construída e revisada pelos trabalhadores em plenárias abertas, foram adicionadas diretrizes sobre descanso, uniforme privativo, liberação para estudo, democratização das eleições para direção dos hospitais, dimensionamento de pessoal, respeito às

representações de funcionários (como CIPA, CR, diretoria do STU etc.), além do aperfeiçoamento das normas que regulamentam a jornada de trabalho e as medidas de proteção à vida.

O acordo tem força de lei, tanto que o Ministério Público do Trabalho se orienta, fiscaliza e regulamenta as condições de trabalho na Universidade conforme o documento firmado entre as partes.

“O acordo deve ser utilizado pelos trabalhadores sempre que tiver alguma dúvida em relação aos seus direitos trabalhistas”, explica Margarida Barbosa, diretora do STU.

Em caso de queixa ou denúncia sobre as condições de trabalho procure o STU pelo e-mail secretaria@stu.org.br ou WhatsApp (19) 99744-4890.

#24J | Fora Bolsonaro

Neste sábado (24) protestaremos contra esse governo genocida porque não aguentamos mais a situação em que vivemos. Para todos os lados vemos miséria, desemprego, morte e desmonte, isso não pode continuar.

Por isso, as centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais convocam a população indignada a ir para as ruas.

Vamos pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para que dê andamento aos pedidos de impeachment. E exigir vacina, auxílio de R\$ 600 até acabar a pandemia, fim das privatizações e a defesa da Educação.

As manifestações ainda são contra a Reforma Administrativa (PEC 32), o desmonte dos serviços públicos e os ataques aos povos originários.

Bloco dos Servidores

Em **Campinas** vamos montar uma **ala dos/as trabalhadores/as da Unicamp** para participar do ato às **10h, no Largo do Rosário**.

Nossa última assembleia (13/07) orientou a participação nas atividades do Fórum dos Servidores Públicos das Centrais Sindicais, que junto ao Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e à Fasubra apontam um calendário conjunto de luta para enfrentar e derrotar a destruição dos serviços públicos no país.

Das ruas não sairemos enquanto esse governo genocida não cair.

Vem pro ato de máscara (PFF2, de preferência), álcool em gel na mão e respeitando o distanciamento social.

ELEIÇÃO - CIPA UNICAMP

Até 02/08 estão abertas as inscrições para ser representante da CIPA na sua unidade.

A eleição será online e acontecerá nos dias 10 a 12/08.

O voto é obrigatório e o link para preenchimento do formulário é www.cipa.unicamp.br/inscricao.